

Ata N°02/2026

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2026 (26/08/2026), realizou-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Laranjeiras do Sul reunião da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação (2026/2036) destinada à discussão e organização do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME). Dando continuidade à reunião, foi discutido o início do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME), destacando-se que o trabalho será construído coletivamente, a partir do levantamento, organização e análise dos dados educacionais do município. Foi apresentado um modelo inicial de diagnóstico e um esboço da estrutura do novo Plano, disponibilizados previamente à equipe para análise e contribuições.

Ressaltou-se a importância de considerar o Plano Municipal de Educação anterior como referência para a elaboração do novo documento, analisando as metas e estratégias que foram alcançadas, parcialmente alcançadas ou não implementadas, bem como os fatores que contribuíram para esses resultados. Destacou-se que o novo PME deverá estar articulado ao Plano Nacional de Educação vigente, considerando suas diretrizes e metas, mas adequando as estratégias à realidade e às necessidades do município.

Durante a análise do plano anterior, foram identificadas algumas metas consideradas muito amplas e genéricas, sendo apontada a necessidade de que o novo documento apresente metas mais objetivas, mensuráveis e compatíveis com a realidade municipal, acompanhadas de estratégias claras para sua implementação e monitoramento. Foi discutida a necessidade de aprofundar o diagnóstico nas diferentes áreas da educação, considerando aspectos como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Superior, Educação Especial Inclusiva, formação e valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, infraestrutura, recursos pedagógicos, financiamento e articulação intersetorial. Em relação à Educação Infantil, destacou-se a necessidade de analisar a demanda por vagas, especialmente para crianças de 0 a 3 anos, considerando que a existência de lista de espera não representa necessariamente ausência de vaga no município, uma vez que algumas famílias recusam vagas ofertadas por preferência de instituição, localização ou horário. Dessa forma, ficou evidenciada a necessidade de qualificar os dados da demanda, diferenciando as situações de efetiva falta de vaga das demais.

Também foi ressaltado que a ampliação das vagas na Educação Infantil depende não somente de espaço físico, mas de infraestrutura adequada, número suficiente de profissionais, organização das turmas e recursos financeiros, especialmente no atendimento de crianças menores. Quanto ao Ensino Fundamental, foram apontados como aspectos a serem analisados a alfabetização, rendimento escolar, distorção idade-série, evasão, busca ativa, necessidade de reforço pedagógico e condições de permanência dos estudantes. Destacou-se também a evolução dos resultados educacionais do município nos últimos anos e a importância das avaliações externas como instrumentos de acompanhamento e planejamento pedagógico. No campo da Educação Especial Inclusiva, discutiu-se a necessidade de levantar e organizar os dados referentes ao número de estudantes público da Educação Especial, incluindo aqueles com TEA, deficiência intelectual, física, visual, auditiva e

48 múltipla, diferenciando os estudantes matriculados daqueles que efetivamente
49 recebem Atendimento Educacional Especializado ou frequentam Salas de
50 Recursos. Foi destacada a necessidade de ampliar a formação continuada dos
51 profissionais, a acessibilidade, os recursos de tecnologia assistiva e o suporte
52 aos professores, considerando os desafios encontrados nas salas de aula.
53 Também foi discutida a importância de fortalecer a articulação entre Educação,
54 Saúde e Assistência Social, inclusive com a possibilidade de estudar, para o
55 futuro, a criação ou ampliação de um espaço municipal de atendimento
56 especializado às crianças e adolescentes e suas famílias. Em relação à
57 formação e valorização dos profissionais da educação, foram apontadas como
58 necessidades a formação continuada permanente, ampliação do quadro efetivo,
59 valorização profissional e melhoria das condições de trabalho, reconhecendo-se
60 que a qualidade da educação está diretamente relacionada às condições
61 oferecidas aos profissionais. Sobre a gestão democrática, destacou-se a
62 importância do fortalecimento da participação da comunidade escolar, dos
63 conselhos, do Projeto Político-Pedagógico e dos processos de escolha e
64 acompanhamento da gestão escolar, observando-se os critérios de mérito,
65 desempenho e participação da comunidade previstos na legislação. No eixo de
66 infraestrutura e recursos pedagógicos, foram apontadas necessidades de
67 reformas, ampliações, acessibilidade, bibliotecas, laboratórios, equipamentos
68 tecnológicos e materiais pedagógicos. Também foi discutida a necessidade de
69 adequação dos espaços escolares às demandas da educação em tempo
70 integral, considerando que esse modelo exige reorganização da estrutura física,
71 dos ambientes, dos recursos e da própria organização pedagógica. Quanto ao
72 financiamento da educação, foi ressaltada a necessidade de analisar a
73 capacidade de investimento do município, a dependência de recursos
74 provenientes de outras esferas governamentais e a importância do planejamento
75 e monitoramento dos recursos destinados à educação. Destacou-se que metas
76 relacionadas à ampliação de investimentos devem considerar as condições
77 financeiras e orçamentárias do município. Também foi discutida a importância
78 da articulação intersetorial, especialmente entre Educação, Saúde, Assistência
79 Social, Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção, considerando
80 que muitos problemas educacionais estão relacionados às condições sociais e
81 econômicas das famílias. Foi ressaltada ainda a necessidade de considerar, no
82 novo PME, questões relacionadas à vulnerabilidade social, permanência dos
83 jovens no município, qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho,
84 entendendo a educação como elemento fundamental para o desenvolvimento
85 social e econômico local. Na sequência, foi apresentado o levantamento inicial
86 da rede educacional do município, destacando-se a necessidade de
87 complementar os dados da rede municipal com informações da rede estadual,
88 instituições de Ensino Superior e demais instituições educacionais. Deverão ser
89 levantados dados sobre escolas, matrículas, estudantes, demanda escolar,
90 taxas de atendimento, fluxo, evasão, busca ativa, média de estudantes por turma
91 e demais indicadores necessários à construção do diagnóstico. Ao final, ficou
92 definido que a equipe dará continuidade ao levantamento e sistematização dos
93 dados, realizando posteriormente a análise das informações e a construção das
94 metas e estratégias do novo Plano Municipal de Educação. Reforçou-se que o

documento será construído de forma coletiva, podendo ser ajustado ao longo do processo, de acordo com as contribuições dos participantes e com os resultados do diagnóstico. Encaminhamentos: continuidade do levantamento dos dados educacionais; complementação das informações da rede estadual e instituições de Ensino Superior; aprofundamento dos dados da Educação Infantil e Educação Especial; análise das metas do PME anterior; alinhamento ao novo Plano Nacional de Educação; e continuidade da construção coletiva do diagnóstico, metas e estratégias do novo PME.

Ana Paula Morais, Adélio Doniela Bannomuller Silva Amorim,
Márcia Cristiane Amaral Melo Lunelli, Suzana Maria
Guerra Ciquire, Ana Paula de Basto Stangerlin, Donieli
Pedroso Lascari, Maria Cristina de Paula Müller,
Helder Rocha Dourado Nilton José Costa Silva
Antonio Edemilson de Almeida, Jefferson de Andrade
Emanuel Vayana Batista, Ana Paula Gandorla
Mueli Moraes Gazziero, Andréia Caroline Martins.
Joqueline Balme Dourado,